

SERRA, Tatiana Barreto. **Política de resíduos sólidos: gestão econômica, responsável e ambientalmente adequada.** São Paulo: Verbatim, 2015. 254 p.

SERRA, Tatiana Barreto. Política de resíduos sólidos: gestão econômica, responsável e ambientalmente adequada. São Paulo: Verbatim, 2015. 254 p. --- *Localização: 628.4 / Se68po*

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I	
A SOCIEDADE E SEUS RESÍDUOS SÓLIDOS	21
1.1. Sociedade de consumo e os resíduos sólidos	21
1.1.1. Paradoxo na sociedade de consumo: produção x redução dos resíduos sólidos.....	22
1.1.2. O consumo e a gestão dos resíduos sólidos	23
1.2. Sociedade de risco e os resíduos sólidos.....	27
1.2.1. Sociedade de risco e o impacto ambiental	28
1.2.2. A problemática a ser enfrentada: a geração de resíduos sólidos	34
1.2.3. Resíduos sólidos e o desafio a ser gerido	38
1.3. Os resíduos sólidos e a lei da política nacional de resíduos sólidos ...	44
1.3.1. Os antecedentes da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos	44
1.3.2. Escorço histórico: do processo de elaboração da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	50
1.3.3. A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos: a fonte de estudo	54
1.3.3.1. Resíduos sólidos e poluição ambiental.....	54
1.3.3.2. Resíduos sólidos: conceituação.....	57
1.3.3.2.1. Definição etimológica.....	57
1.3.3.2.2. Definição legal	58
1.3.3.2.3. Definição socioeconômica.....	66

1.3.3.3. A abordagem conceitual da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	67
1.3.3.4. A abrangência de abordagem da Política de Resíduos Sólidos.....	71
1.4. Conclusão parcial.....	72
CAPÍTULO II	
A ECONOMIA, O DIREITO E OS RESÍDUOS SÓLIDOS	75
2.1. Economia e Direito.....	76
2.1.1. A relação indissociável entre Economia e Direito.....	77
2.1.2. Direito Ambiental e Direito Econômico: a interseção	79
2.1.2.1. Direito Ambiental.....	79
2.1.2.2. Direito Econômico	81
2.1.2.3. A relação entre Direito Ambiental e Direito Econômico.....	82
2.2. A influência do meio ambiente na economia.....	83
2.2.1. Pensamentos econômicos clássicos.....	83
2.2.2. Pensamentos econômicos ambientais	87
2.2.3. Pensamentos econômicos ecológicos.....	88
2.2.4. A Rio+20 e o enfoque à Economia Verde: propostas de soluções ou caminhos a serem perseguidos?.....	90
2.2.5. A abordagem do presente estudo	93
2.2.6. As dificuldades econômicas a serem enfrentadas.....	95
2.2.7. A macroeconomia e a microeconomia: a visão da Política Nacional de Resíduos Sólidos	97
2.3. Os princípios da política de resíduos sólidos e a interface econômica.....	98
2.3.1. Princípio do desenvolvimento sustentável.....	99
2.3.2. Princípio da visão sistêmica.....	103
2.3.3. Princípio da ecoeficiência.....	104
2.3.4. Princípio da cooperação	105

2.3.5. Princípio do aproveitamento econômico e social dos resíduos sólidos.....	107	
2.4. Conclusão parcial	108	
CAPÍTULO III		
FUNDAMENTOS JURÍDICOS--ECONÔMICOS-AMBIENTAIS DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS		111
3.1. A internalização das externalidades ambientais: soluções de encaminhamento	112	
3.1.1. As dificuldades da internalização das externalidades ambientais: soluções de encaminhamento	114	
3.1.2. Teoria da externalidade.....	116	
3.1.3 Teoria do bem público	121	
3.1.4 Resíduos sólidos: externalidades negativas	122	
3.1.5. Resíduos sólidos: externalidades positivas	125	
3.2. O princípio do poluidor-pagador na perspectiva dos resíduos sólidos	126	
3.2.1. O princípio do poluidor pagador: sua vertente jurídico-econômica na gestão dos resíduos sólidos	128	
3.2.1.1. O princípio do poluidor pagador e o princípio da prevenção de danos ambientais advindos dos resíduos sólidos	134	
3.2.1.2. O princípio do poluidor pagador e o princípio da precaução de danos ambientais advindos dos resíduos sólidos	137	
3.2.1.3. O princípio do poluidor pagador e o princípio da responsabilização objetiva pela reparação dos danos ambientais decorrentes dos resíduos sólidos	140	
3.2.2. A assimilação expressa das vertentes preventiva e repressiva do princípio do poluidor pagador pela Lei Nº 12.305/2010: alguns destaques	143	
3.2.2.1. A ordem de prioridade legal.....	143	
3.2.2.2. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.....	148	

3.2.2.3. A responsabilidade por áreas órfãs contaminadas	153
3.2.3. Do princípio do protetor-recebedor na perspectiva dos resíduos sólidos.....	154
3.3. O Estado Socioambiental na gestão dos resíduos sólidos.....	156
3.3.1. O Estado intervencionista e o Estado regulador	156
3.3.2. Os compromissos internacionais e as políticas de resíduos sólidos.....	159
3.3.3. Políticas pública e privada de resíduos sólidos: conceituação.....	163
3.3.3.1. Política	163
3.3.3.2. Políticas públicas	163
3.3.3.3. Políticas econômicas	167
3.3.3.4. Políticas privadas	168
3.3.4. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as outras políticas públicas	169
3.3.5. O princípio da progressividade e a política de resíduos sólidos.....	172
3.3.6. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade aplicáveis à política de resíduos sólidos	175
3.4. Conclusão parcial	176
CAPÍTULO IV	
A POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS SEUS INSTRUMENTOS ...	179
4.1. Instrumentos de comando	180
4.1.1. Dos planos de resíduos sólidos	182
4.1.1.1. O princípio do planejamento.....	182
4.1.1.2. O princípio da participação popular e da revisibilidade dos planos.....	185
4.1.1.3. Dos Planos de Resíduos Sólidos.....	188
4.1.1.3.1. Plano Nacional de Resíduos Sólidos	190
4.1.1.3.2. Planos Estaduais de Resíduos Sólidos	192
4.1.1.3.3. Planos Municipais de Resíduos Sólidos	194

4.1.1.3.4. Planos de gerenciamento de resíduos sólidos.....	196
4.1.2. Do licenciamento ambiental de áreas destinadas à gestão de resíduos sólidos.....	197
4.1.3. Dos padrões de qualidade ambiental	199
4.2. Instrumentos econômicos de gestão ambiental.....	203
4.2.1. Dos Fundos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	204
4.2.2. Dos subsídios e incentivos econômicos.....	205
4.2.3. Das tributações ambientais	207
4.2.4. Do princípio do poluidor-pagador e a cobrança pelo serviço público de coleta, remoção e tratamento ou destinação de resíduos sólidos provenientes de imóveis.....	209
4.2.4.1. A “taxa do lixo” e a decisão do STF	209
4.2.4.2. A visão econômico-ambiental da cobrança	212
4.2.5. A reutilização e a reciclagem.....	214
4.2.6. A logística reversa.....	218
4.2.7. O sistema de depósito-reembolso ou depósito-retorno	223
4.2.8. A certificação ou etiqueta ecológica	226
4.3. Conclusão parcial	229
CONCLUSÃO GERAL.....	233
REFERÊNCIAS.....	239